

A “PUTÍSSIMA TRINDADE”: DOS FETICHES E FANTASIAS SEXUAIS DOS CLIENTES À ACUSAÇÃO DE INCENTIVO AO INCESTO E A PEDOFILIA ATRIBUÍDA ÀS TRABALHADORAS SEXUAIS

Tiago Luís Coelho Vaz Silva¹

INTRODUÇÃO

Em 1997, Wendy Chapkis publicou o livro clássico “Live Sex Acts: Women performing erotic labour”, até hoje considerado referência fundamental para os estudos sobre trabalho sexual e economias sexuais. No primeiro capítulo a autora aborda as “guerras sexuais”, que ocorrera na década de 1980 nos Estados Unidos – EUA, entre segmentos do feminismo que divergem sobre o papel da sexualidade enquanto dimensão libertadora e opressora das mulheres. Em uma arena política marcada por hostilidades, a prostituição assume centralidade no debate a respeito da sexualidade e da função do sexo na vida das mulheres. Naquele contexto, a controvérsia se desenrolou entre as

¹ Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Assistente da Universidade do Estado do Pará. <http://lattes.cnpq.br/5025462673753937>. <https://orcid.org/0000-0003-1630-6912>. tvazsilva@gmail.com. Endereço para correspondência: Universidade do Estado do Pará, Departamento de Filosofia e Ciências Sociais. Rua Djalma Dutra, S/N, Telégrafo, Belém, PA, Brasil. CEP: 68450-000. Telefone: (55 91) 40095712.

“Feministas Radicais”², que veem o sexo como fonte de opressão feminina; e as feministas “Radicais do Sexo”, consideradas subversivas por compreenderem o sexo como fonte de prazer e poder das mulheres (Chapkis, 1997).

Segundo Chapkis (1997), a prática da prostituição, naquele debate, é reduzida a dicotomia opressão/subversão. A prostituta era compreendida ora como “escrava sexual”, objeto sexual que resulta da supremacia masculina; ora como os agentes sexuais mais subversivos, por provocarem uma tensão na ordem social sexista. No decorrer desta obra, a autora demonstra através da experiência de trabalhadoras sexuais que a realidade do comércio sexual é muito mais variada e complexa se comparada ao modelo de explicação dicotômico que norteava a disputa entre as feministas aquela época.

Até poucos anos atrás, o cenário de tensões e hostilidades entre feministas a respeito do significado da prostituição na vida das mulheres descrito por Chapkis, parecia muito distante da realidade brasileira. No início do século XXI, com a articulação entre feminismos e Estado, bem como, entre feminismos e movimentos de caráter transnacional (não necessariamente feministas), passaram a se difundir no país certas perspectivas que associam prostituição à exploração sexual de mulheres, à exploração sexual de crianças e adolescentes, e ao tráfico de pessoas (Piscitelli, 2012-a; 2016).

² O feminismo radical entende que as mulheres foram o primeiro grupo oprimido da sociedade humana e o poder do patriarcado está na raiz da violência e do abuso sexual que ameaça as mulheres desde sempre. Assim, em sua acepção primeira, “radical” está associado à raiz. Na atualidade, as pautas do feminismo radical estão fortemente relacionadas ao combate à prostituição e a pornografia; igualmente lutam contra a ideia de gênero por entenderem que a constituição da mulher está relacionada ao seu determinante de sexo, daí porque também não reconhecem a agenda de transgêneros como uma luta das mulheres (Melo & Thomé, 2018).

Mas, é partir de 2012 que se desencadeia uma radicalização do discurso contra a prostituição no Brasil³, mesmo ano em que se dá entrada na Câmara dos Deputados no Projeto de Lei nº 4.211/12 (PL Gabriela Leite), que visa regulamentar a prostituição enquanto atividade profissional reconhecida pelo Estado⁴. Desde então, tem se promovido inúmeros ataques a prostituição (principalmente na internet, em blogs e redes sociais), que se intensificaram às proximidades da realização de megaeventos esportivos no país⁵, acirrando os conflitos entre feministas radicais e trabalhadoras sexuais, assemelhando-se muito ao cenário das “guerras sexuais” dos anos 1980, apresentado por Chapkis.

Meu propósito neste artigo é apresentar a configuração da arena política em torno da disputa sobre o significado da prostituição para a sexualidade feminina e como o debate sobre a regulamentação laboral do trabalho sexual tem acirrado as tensões neste campo, influenciando a organização e disposição dos atores sociais na esfera pública sobre a prostituição. Para o desenvolvimento do artigo, optou-se pela descrição analítica de uma cena representativa da disputa, por meio de interações

³ A prostituição não é tipificada como crime no Brasil e é classificada pelo extinto Ministério do Trabalho como ocupação (MTECBO, 2013), estabelecendo-se normas e procedimentos que visam minimizar a vulnerabilidade de quem a exerce. A inclusão da categoria *profissionais do sexo* na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) tem outorgado relativa legitimidade social e política às trabalhadoras sexuais. No entanto, isso não significa que o trabalho sexual esteja regulamentado no país, ou seja, por si só a CBO não garante o reconhecimento da prostituição como trabalho assegurando o direito à organização e auto-organização no exercício da atividade profissional.

⁴ Projeto de Lei nº 4.211/12, mais conhecido como Projeto Gabriela Leite, elaborado pelo ex-deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ) em parceria com representantes do movimento de prostitutas, pretende regulamentar a atividade de profissionais do sexo no Brasil e retirar da ilegalidade as casas de prostituição transformando-as em empresas que podem ser fiscalizadas pelo Estado. Esta proposta tem por princípio o empoderamento das mulheres através do uso do corpo e da liberdade sexual, mas, sobretudo, pretende garantir direitos trabalhistas há muito reivindicado por associações de prostitutas e movimentos sociais a favor da regulamentação da prostituição. Portanto, trata-se de ampliação de cidadania a um segmento da sociedade que se encontra a margem das leis trabalhistas, visando à garantia de direitos a profissão como ocorre com as demais categorias profissionais.

⁵ A copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos Rio 2016, ambos realizados no Brasil, colocaram o debate sobre prostituição em evidência no país sob o discurso de que eventos desta natureza são propícios à prática do turismo sexual, considerada nociva e degradante para mulheres que, em sua maioria, se veem obrigadas a “vender seu corpo” devido a situação de pobreza. Matérias veiculadas em diferentes meios de comunicação alertavam para os riscos da intensificação da “exploração sexual” de mulheres e do tráfico de pessoas, com particular atenção para a “prostituição infantil”; igualmente para os riscos da expansão da indústria do sexo no Brasil, em decorrência do aumento significativo da demanda por sexo durante o período. Publicações com este teor sobre a Copa do Mundo no Brasil estão disponíveis em: <http://blogs.opovo.com.br/ancoradouro/2014/02/04/prostituicao-pode-ser-maior-legado-da-copa-mundo-brasil/>; <https://www.panoramas.pitt.edu/health-and-society/prostitui%C3%A7%C3%A3o-infantil-no-brasil-e-copa-do-mundo>. Matérias a esse respeito sobre os Jogos Olímpicos estão disponíveis em: <https://www.esquerdadiario.com.br/As-Olimpiadas-da-prostituicao-e-do-abuso>. Último acesso em 19/06/2019.

políticas na internet entre pessoas situadas no feminismo. Primeiramente, abordaremos a configuração da arena política em que se manifesta a controvérsia a fim de situar o leitor nos termos do debate, em seguida passaremos para a descrição analítica do vídeo “Putíssima Trindade”.

A CONFIGURAÇÃO DA ARENA POLÍTICA

Em pesquisa realizada pela Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA)⁶, estudiosos sobre o tema sinalizam para uma mudança no modo pelo qual o tema da prostituição vinha sendo tratado no contexto das políticas públicas no Brasil (Villela *et al.*, 2013). A intensificação da agenda política de religiosos cristãos no país e a forte influência de posições conservadoras no cenário global tem imposto barreiras para o diálogo sobre prostituição em uma perspectiva de direitos sexuais e trabalhistas, sobretudo após a aprovação do Protocolo de Palermo⁷, do qual o Brasil é signatário. De acordo com a pesquisa, a grande maioria de gestores e técnicos dos poderes executivo e legislativo, bem como de agências internacionais, dizem que o órgão ao qual estão vinculados não possui uma posição definida e consensuada sobre a questão, e acrescentam que falar sobre prostituição tornou-se um tema de confronto e tensão⁸ (Villela *et al.*, 2013). Assim, ainda que se reconheçam as violações sofridas pelas trabalhadoras sexuais e se tenha a compreensão da prostituição como um trabalho e um direito, gestores e técnicos que atuam em diferentes esferas estatais federais sinalizam para a dificuldade de tomar uma decisão institucional em defesa da profissão

⁶ Pesquisa realizada pela ABIA em parceria com Davida e Fiocruz sobre prostituição no Brasil, abrangendo questões relacionadas a direitos humanos, trabalho, cultura e saúde. O estudo teve financiamento do Ministério da Saúde.

⁷ Protocolo assinado em Palermo, por mais de 80 países, no ano de 2000, onde se comprometem em erradicar, prevenir e punir os crimes de tráfico de pessoas. Apesar do protocolo se referir ao tráfico de seres humanos para todos os fins, o tema do tráfico com o propósito de exploração sexual assumiu destaque e suscitou bastante controvérsia. Este protocolo possui bastante relevância na implementação de políticas estatais em relação a prostituição no mundo inteiro (Corrêa, 2013).

⁸ Gestores e técnicos da saúde e das políticas para as mulheres apontam dois momentos significativos para a mudança de percepção e endurecimento nas políticas sobre a prostituição: a Consulta Mundial organizada pela ONU sobre o Trabalho Sexual e HIV/AIDS, em 2006; e o Seminário sobre prostituição, organizado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), no ano de 2008, em Brasília. Em ambos os eventos, as posturas antagônicas nos espaços de ativismo que atuam sobre prostituição (autodeterminação/direitos sexuais versus vitimização/exploração sexual) se tornaram bastante evidentes e produziram confrontos que, progressivamente, se converteram em ausência de ações (Villela *et al.*, 2013).

e da promoção dos direitos das pessoas inseridas neste universo, a não ser dentro do marco das políticas de combate ao tráfico e ao HIV/AIDS (Villela *et al.*, 2013).

Adriana Piscitelli (2012-a) destaca o ano de 2012 como singular em termos de propostas de formulações legais relativas à prostituição, ao passo que, também em decorrência disto, se configurou como um marco para a radicalização do discurso contra a prostituição no Brasil. Isto, porque tanto o PL Gabriela Leite quanto o anteprojeto de Reforma do Novo Código Penal buscavam alterar o significado atribuído a noção de exploração sexual, desvinculando-a definitivamente de prostituição e abrindo a possibilidade para que esta prática pudesse ser considerada trabalho. Contudo, ambos os projetos não avançaram, o que representou um recuo do Estado em relação a mudança do ordenamento jurídico a respeito da regulamentação laboral do trabalho sexual, acarretando, conseqüentemente, na “paralização” do debate desta questão em termos da política de governo.

Apesar da heterogeneidade característica do movimento feminista, a diversidade integrada por “novas vozes” que despontaram no movimento, principalmente, a partir das “jornadas de junho 2013”⁹, tem sido por vezes apagada nas articulações entre feminismo e Estado (Piscitelli, 2016). No âmbito da diversidade de posicionamentos entre as feministas, algumas vozes abolicionistas, ao serem privilegiadas pelo Estado, tem assumido destaque no debate público. A exemplo disto, a pesquisa supracitada desenvolvida pela ABIA identificou na página da internet da SPM um quantitativo expressivo de iniciativas e documentos que abordam a questão da prostituição através do viés da exploração sexual de crianças e adolescentes ou na perspectiva do tráfico de

⁹ Manifestações por todo Brasil, inicialmente, com o propósito de contestar os aumentos das tarifas do transporte público. Com forte adesão popular, principalmente de jovens, estudantes universitários e secundaristas, as manifestações incorporaram outras pautas como: a má gestão dos recursos públicos, o combate à corrupção, a denúncia à violência policial; bem como demandas de minorias políticas: feministas, gays, lésbicas e negros/as, por exemplo. Os atos tiveram como marca o apartidarismo e o antipartidarismo, isto é, não possuíam vinculação político-partidária e os participantes rejeitavam qualquer forma de apropriação das pautas das manifestações por partidos políticos. As manifestações tiveram ampla repercussão nacional e internacional, sendo considerada pela imprensa as maiores mobilizações no país desde o impeachment de Fernando Collor em 1992.

peçoas. Ademais, não foi identificado nenhum documento ou iniciativa que estivesse direcionada para a proteção dos demais direitos humanos das mulheres que exercem a prostituição por escolha própria (Villela *et al.*, 2013). No intercâmbio entre feminismo e Estado têm se difundido certas perspectivas sobre prostituição/tráfico de pessoas que convergem com a perspectiva abolicionista, influenciadas por outras articulações transnacionais não necessariamente feministas, ligadas a instâncias supranacionais (Piscitelli, 2012b; 2016). Contudo, existe uma diversidade de posições e as leituras (neo)abolicionistas não tem se constituído necessariamente na visão predominante no debate feminista no país (Piscitelli, 2012a).

Como Piscitelli (2012a) nos mostra, o posicionamento das feministas brasileiras está longe de ser unívoco a respeito da possibilidade de regulamentação laboral do trabalho sexual, havendo a predominância do dissenso sobre a questão. Mesmo em um contexto propenso a diversidade de posições, a perspectiva abolicionista ainda possui muita força, tendo bastante ressonância entre jovens feministas que se denominam “radicais”. Estas feministas defendem a eliminação da prostituição e veem na sua regulamentação laboral um projeto neoliberal atrelado a indústria do sexo para legitimar a exploração sexual feminina. Outras feministas assumem um posicionamento intermediário: ao mesmo tempo em que consideram a prostituição “objetificação” das mulheres, também alegam que não podem se opor as prostitutas organizadas que reivindicam por reconhecimento da sua profissão. Ainda, existem aquelas que são positivas para a regulamentação laboral da prostituição, creditando empoderamento as trabalhadoras sexuais pela consciência que tem da condição de discriminação a que estão sujeitas e pela percepção das vantagens desta profissão se comparada a outras mais precárias, onde a exploração econômica é ainda maior (Piscitelli, 2012b).

A partir do final da década de 1990 um conjunto de leituras ambivalentes e negativas sobre a prostituição se ampliaram no Brasil, intensificando-se ainda mais no início do

século XX com uma crescente institucionalização do movimento feminista no país¹⁰ e sua articulação com movimentos do feminismo transnacional (Piscitelli 2016).

A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) surge nos anos 2000 como uma campanha de enfrentamento à violência contra as mulheres e de combate à pobreza. Em poucos anos a MMM se expandiu rapidamente para vários países¹¹ e assumiu características de movimento social institucionalizado, vinculando as suas pautas em diálogo com movimentos sindicais, partidos políticos e demais movimentos engajados no enfrentamento ao neoliberalismo. A MMM figura na atualidade como o principal movimento do feminismo transnacional e tem organizado a pauta de vários coletivos feministas pelo mundo. Essas articulações trazem com força o debate sobre tráfico de mulheres e turismo sexual para a pauta do movimento feminista no Brasil (Tavares, 2014). A MMM tem influenciado profundamente o debate público sobre prostituição entre as novas gerações de feministas, estabelecendo em suas campanhas e publicações uma vinculação direta entre prostituição e tráfico de mulheres como parte de um *continuum* do processo de globalização da prostituição (Tavares, 2014).

Em seu Programa em prol da transformação da vida das mulheres, e isso passa necessariamente pela transformação da sociedade, a prostituição é encarada pela MMM como um dos principais desafios para a autonomia e sexualidade feminina. A prostituição é concebida como “exploração sexual”, resultado da objetificação das mulheres que se traduz em “mercantilização” do corpo feminino, como expressa um dos lemas da MMM “Somos mulheres e não mercadoria!!!”. Assim, a prostituição estaria inserida em um conjunto mais amplo de estratégias de “mercantilização” do corpo feminino pelo neoliberalismo. A regulamentação laboral da prostituição teria como efeito impulsionar o crescimento da indústria do sexo, tornando a atividade cada vez mais rentável para os capitalistas à custa da “objetificação” das mulheres.

¹⁰ Interrompida desde o golpe parlamentar-midiático que destituiu Dilma Rousseff da presidência da república.

¹¹ A MMM possui representação no Brasil por meio da ONG Sempre Viva Organização Feminista (SOF), com sede na cidade de São Paulo desde 2006.

A MMM faz duras críticas aos defensores da prostituição como trabalho sexual, inclusive a feministas que, fundamentadas na noção de *experiência* e *auto-organização* das mulheres, veem na luta pela regulamentação laboral a possibilidade de garantia de direitos sociais e de acesso a uma cidadania mais plena as prostitutas. As feministas favoráveis às pautas das trabalhadoras sexuais são acusadas de defenderem um projeto liberal de sociedade que perpetua a condição subalterna das mulheres e em nada contribui para a sua autonomia. Assim, este projeto favoreceria a dominação masculina sobre as mulheres ao normatizar o acesso dos homens ao corpo feminino, isto porque consideram os homens os únicos beneficiários, como agentes que demandam e controlam a prostituição. Para as ativistas da MMM, a prostituição jamais pode ser compreendida enquanto trabalho, pois caracteriza violência contra as mulheres, um atentado aos direitos humanos.

Segundo esta perspectiva, a prostituição deve ser combatida, porque destrói a integridade do ser e representa a opressão máxima da sociedade patriarcal e capitalista sobre as mulheres. O patriarcado surge nos discursos de integrantes da MMM como uma “entidade” opressora que serve de explicação para todas as situações de desigualdades as quais as mulheres estão submetidas. A despeito de marcadores de classe, raça, gênero e nacionalidade, esses discursos são construídos com base em um essencialismo que atribui a todas as mulheres a condição de vítimas, oprimidas; ao passo que todos os homens são taxados de opressores.

A postura antiprostituição adotada pela MMM nos remete em muitos aspectos a crítica feita por Chandra Mohanty (2008) ao avanço dos feminismos ocidentais para o “terceiro mundo” como um movimento imperialista. Mohanty (2008) nos mostra que considerar a noção de patriarcado como categoria universal de “opressão das mulheres” implica equívoco analítico (e até mesmo político) de essencializar mulheres como vítimas e homens como opressores, tal como ocorre com o uso da categoria “mulheres do terceiro mundo” para designar a realidade de submissão feminina à

dominação masculina e a toda e qualquer opressão em decorrência da condição de “subdesenvolvimento” do terceiro mundo.

De modo geral, nas campanhas da MMM contra a prostituição os olhares estão voltados para as mulheres oriundas de países subdesenvolvidos, consideradas mais vulneráveis a “exploração sexual” em decorrência de indicadores de baixa escolaridade, elevada taxa de desemprego e forte concentração dessa população em empregos precários. A situação de pobreza absoluta é descrita como a principal razão para o ingresso de crianças e adolescentes na “prostituição infantil”, com poucas alternativas desde muito cedo são “presas fáceis” para aliciadores que enriquecem à custa da mercantilização de seus corpos.

De acordo Mohanty (2008), a noção de terceiro mundo produz uma ideia de primeiro mundo (ocidente), e seguindo esta lógica também produz uma ideia de superioridade das mulheres ocidentais (mulheres do norte global) construída discursivamente por meio de sua autorrepresentação como modernas, livres e capazes de controlar as suas próprias vidas. Ainda, a autora ressalta que sem o essencialismo que organiza os estereótipos sobre as “mulheres do terceiro mundo” não seria possível a autorrepresentação das mulheres ocidentais tal como foram construídas (Mohanty, 2008).

Essencializar as “mulheres do terceiro mundo” como vítimas e atribuir a sua condição única e exclusivamente ao patriarcado, impossibilita perceber a complexidade de estratégias empregadas por essas mulheres para fazerem suas escolhas e se movimentarem diante de processos de subalternização e às limitações estruturais impostas a elas. Além disso, desconsidera o poder que marcadores como classe, raça, gênero e nacionalidade exercem para perpetuar hierarquias e estabelecer desigualdades entre os indivíduos, invisibilizando processos sociais em que a opressão possa se manifestar com base nesses marcadores, quando não são situados em

contextos específicos (Mohanty, 2008). A produção e reprodução da imagem de opressão das “mulheres terceiro mundo”, como grupo homogêneo e monolítico, tem cumprido um papel singular de colonizar as mulheres do sul global, destituindo-as de sua agência histórica e política ao negar a pluralidade de suas origens e a diversidade das condições em que vivem (Mohanty, 2008).

Aline Tavares (2014) nos mostra como diferentes coletivos feministas que integram a “Frente de Luta Feminista de Campinas”¹² marcam um posicionamento crítico em relação a postura da MMM. Segundo a autora, as divergências se fazem notar (embora não exista uma oposição de forma declarada e a Frente tenha deliberado por não se constituir em “oposição” a MMM em Campinas-SP) quando a MMM tenta assumir pretensamente o papel de interlocutora “do” feminismo no Brasil ao elaborar suas pautas “de cima para baixo”, sem considerar a articulação de outras entidades feministas.

As manifestações da “Marcha das Vadias”¹³ (MV) no Brasil é um exemplo das novas configurações que o movimento feminista tem assumido no país durante os últimos sete anos. Por meio de lemas como “meu corpo minhas regras”, “somos todas vadias”, “somos putas, somos santas, somos livres”, a MV traz para o debate a realidade da violência sexual e as demais opressões relacionadas à sexualidade feminina. Ao ressignificar o termo vadia, o movimento questiona a normalidade de regras que qualificam e hierarquizam os comportamentos das mulheres, através de performatividades de elementos socialmente considerados marginais – semelhante a algumas características da política *queer* (Tavares, 2014).

¹² A “Frente de Luta Feminista de Campinas” foi constituída no início de 2013 com a participação dos seguintes coletivos: Coletivo das Vadias de Campinas, Promotoras Legais Populares, Sindicato das Domésticas, Associação Mulheres Guerreiras, Grupo Identidade, Coletivo Juntas e feministas autônomas (Tavares, 2014).

¹³ A Marcha das Vadias (MV) surgiu em 2011 no Canadá e se internacionalizou rapidamente em várias cidades do mundo. As manifestações se caracterizam por uma marcha pública em protesto à culpabilização das mulheres vítima de agressão sexual, mas também incorporam pautas específicas dos feminismos locais relacionadas ao corpo e a sexualidade das mulheres. Os manifestantes são em sua maioria mulheres jovens e universitárias, e como protesto fazem uso de roupas irreverentes e provocantes sensualmente.

Dentro das questões mais amplas que dizem respeito a sexualidade feminina, o “desfrutar da vadiagem”, isto é, o ser vadia performaticamente, trouxe para alguns coletivos da MV o debate sobre o lugar social da prostituição e a aproximação das “vadias profissionais”¹⁴ (Tavares, 2014). Para os coletivos da MV de Campinas e do Rio de Janeiro, problematizar as barreiras e normas impostas à sexualidade das mulheres passa, imprescindivelmente, pelo ativismo junto a organizações de trabalhadoras sexuais, inserindo no conjunto de suas ações o apoio a regulamentação da prostituição e o combate ao estigma associado ao trabalho sexual (Tavares, 2014).

Neste sentido, a postura adotada por esses dois coletivos da MV nos remete a perspectiva de Patrícia Hill Collins (2012) sobre o reconhecimento das opressões e dos mecanismos que engendram a sua produção. Ao abordar sobre as opressões interseccionais sofridas pelas mulheres afro-americanas, Collins nos mostra como a ideia de ponto de vista cria uma tensão entre experiência individual e coletiva. Mesmo sendo expostas a experiências comuns, em decorrência da segregação racial histórica sofrida pela população negra estadunidense, e ainda que compartilhem experiências familiares e no mundo do trabalho que orientam no sentimento de pertencimento como grupo, as mulheres afro-americanas podem ser estimuladas a uma consciência distinta no plano das experiências individuais e em relação a sociedade de modo geral. Isto ocorre, pois as diferenças seja elas: econômica, etária, religiosa, de orientação sexual, etc. Entre as mulheres afro-americanas produzem padrões distintos de conhecimento experiencial que, por sua vez, determinam as reações individuais às opressões com base na raça, no gênero e na classe social, por exemplo. Assim, mesmo diante de opressões interseccionais, não significa que todas reajam do mesmo modo a tais questões (Collins, 2012).

¹⁴ É importante destacar que a MV é organizada por coletivos descentralizados e autônomos que, por vezes, divergem sobre temas relacionados, por exemplo, a forma de colocar em prática o protagonismo das mulheres, a participação masculina, o uso de expressões como “putas” e “vadias” em suas manifestações, dentre outras questões. Neste cenário, também não existe uma posição homogênea sobre a prostituição dentro do movimento, havendo coletivos que possuem como princípio organizativo uma política de coalizão com as trabalhadoras sexuais; enquanto outros coletivos fazem a crítica a prostituição por considerá-la resultado da exploração patriarcal e capitalista.

No entanto, são essas experiências comuns que tem relegado mulheres afro-americanas a condições de opressões interseccionais em diferentes âmbitos da vida é que justamente possibilita a elas vivenciar experiências e ideias como grupo, favorecendo a formação de um ponto de vista coletivo baseado em um pertencimento comum, por serem mulheres e negras (Collins, 2012). No que se refere ao projeto do feminismo negro estadunidense, Collins ressalta a justiça social como característica que não se resume exclusivamente a luta das mulheres afro-americanas (inclusive, integrando os homens negros às causas das mulheres negras), mas que se pretende fomentador ao estabelecer suas práticas e ideias em conexão dialógica a outros conhecimentos e grupos com perspectiva similar em situação de opressão.

Para Collins (2012), o feminismo negro enquanto epistemologia alternativa possibilita a rearticulação da imagem das mulheres afro-americanas diante as desigualdades raciais e de gênero, mas também reconhece que estas constituem apenas um grupo dentre muitos outros submetidos à condição de injustiça social em diferentes contextos. Como salienta a autora, o que faz crítica a teoria social construída no escopo do feminismo negro é seu compromisso com a justiça, para o próprio grupo e para outros em situação de opressão (Collins, 2012).

Caminhando nesta perspectiva, os coletivos da MV do Rio de Janeiro e de Campinas, ao assumirem os termos do debate, manifestam uma política de coalizão visando o reconhecimento e a visibilidade que sempre foram negados às prostitutas por determinados segmentos do feminismo radical. Em seu ativismo de coalizão, desafiam as noções de feminilidade e sexualidade ao subverterem as fronteiras que demarcam os estereótipos e os estigmas associados às prostitutas, por entenderem a marginalização da prostituição como reveladora da sacralização da relação mulher-corpo-sexo e determinante do lugar a ser ocupado socialmente pela mulher, o que possibilita que toda e qualquer mulher esteja sujeita a violências de natureza sexual (Tavares, 2014).

Deste modo, a defesa do trabalho sexual não se resume simplesmente a defesa das trabalhadoras do sexo, mas abre espaço para dialogar com as diferentes formas de violências sofridas por outras mulheres que não apenas as prostitutas. Tavares (2014) avalia essa postura como inovadora no feminismo brasileiro, considerando que o posicionamento explícito sobre a polêmica que envolve o trabalho sexual era assumido somente pelas vertentes feministas que comungam com as concepções abolicionistas.

Em seu artigo “O que a luta das profissionais do sexo tem nos ensinado sobre a exploração dos corpos das mulheres?”, Juliana Morais de Góes (2017) traça uma interessante comparação entre as semelhanças dos discursos das mulheres brancas sobre as mulheres negras e de parte do feminismo sobre as prostitutas. A autora argumenta que os primeiros círculos feministas no Brasil eram realizados por mulheres brancas para discutir a vida da mulher negra, uma vez que a imagem construída sobre essas mulheres era de alguém sem qualquer capacidade de pensar e de criar alternativas para superar a condição de opressão a qual estava submetida na sociedade. Desta forma, a mulher negra passa a ser alvo do racismo estrutural e dos discursos e práticas paternalistas das mulheres brancas, em um movimento de tutela e silenciamento. Por meio de uma postura supostamente humanitária, as mulheres brancas atribuíam para si a tarefa de solucionar “o problema” das mulheres negras, ao passo que também reafirmavam a superioridade sobre elas ao negarem as suas experiências (Góes, 2017).

De acordo com Góes (2017), esses discursos de caráter salvacionistas refletem similaridades entre o racismo e a putafobia, afinal como a própria autora questiona: “como uma mulher branca que pensa estar ‘salvando’ as negras poderá dialogar conosco (visto que o diálogo presume dois ou mais sujeitos em pé de igualdade)?”. Ela continua: “Também, como uma feminista que quer ‘salvar’ as prostitutas com quem conversa poderá vê-las como iguais (ou como gente)?” (Góes, 2017, p. 6). Enquanto mulher negra, feminista e pesquisadora, Góes (2017) estabelece um encontro dialógico

com as trabalhadoras sexuais, partindo do conhecimento produzido no próprio movimento, para apreender os diferentes âmbitos da vida dessas mulheres e como a interseção entre gênero, raça e classe se impõe como diacríticos no trabalho sexual. Assim, em um exercício de alteridade e interlocução, a autora nos mostra como a prostituição, apesar de envolver um nível de exploração (econômica), também pode se constituir em uma forma de resistência quando, por exemplo, essas mulheres optam pelo trabalho sexual por se recusarem a permanecer em empregos mal remunerados, com longas jornadas de trabalho e, ainda, sofrendo humilhações do patrão. Portanto, ainda que a prostituição se enquadre nas “regras do mercado”, seria um lugar de resistência das mulheres, uma vez que os ganhos econômicos são maiores se comparados a grande maioria dos outros trabalhos precarizados, além de escaparem da lógica patrão-empregado (Góes, 2017).

No Brasil, o movimento de prostitutas organizadas tem assumido um posicionamento de enfrentamento às investidas contra o trabalho sexual, a fim de que sua demanda pelo reconhecimento da prostituição enquanto profissão seja atendida. Isto implica necessariamente na despenalização do entorno da prostituição que, ainda hoje, configura crime de lenocínio e impõe dificuldades ao exercício pleno do trabalho sexual, tanto no que se refere à segurança no trabalho quanto à garantia de direitos trabalhistas. Gabriela Leite, maior liderança do movimento de prostitutas no país, foi precursora no desenvolvimento de um puta ativismo por aqui. Ela recusava o rótulo de vítima e denunciava os moralismos presentes em discursos que associam prostituição a exploração sexual e pregam a necessidade de resgate de prostitutas. Gabriela Leite defendia a valorização do termo “puta”, por considerar que a categoria representa uma atitude frente ao estigma da prostituição, uma postura que empodera as trabalhadoras sexuais no exercício da sexualidade e da profissão (Leite, 1992; 2008). Gabriela Leite e a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) contribuíram significativamente para a ampliação do debate sobre prostituição no Brasil, pelo qual foi duramente rechaçada, sobretudo,

ao reivindicar-se feminista. Ainda hoje sua militância serve de inspiração para muitas trabalhadoras sexuais.

Sobre a incidência política do movimento organizado de prostitutas no Brasil podemos destacar o *Putafeminismo*¹⁵ enquanto estratégia de ação política que visa romper definitivamente com o estereótipo da vitimização e vulnerabilidade que cerca a prostituição – imagem esta reforçada pelo abolicionismo e bastante difundida pelos diferentes meios de comunicação e no senso comum. Esse ativismo tem se constituído como ação expressiva do movimento de prostitutas na atualidade, reacendendo os debates sobre direitos sexuais e trabalhistas ao tensionar questões relacionadas à sexualidade feminina, o significado de prostituição e do próprio feminismo, quando este se impõe como uma fronteira quase que intransponível para as trabalhadoras sexuais (Prada, 2018). Desta forma, o Putafeminismo como ativismo de prostitutas assume uma característica subversiva, pois reivindica um lugar de protagonismo para as trabalhadoras sexuais dentro do próprio feminismo, em contraste com o estigma da prostituição que tem imposto limites para o reconhecimento da prostituta como pessoa, como trabalhadora sexual e alguém capaz de fazer escolhas e traçar os rumos de sua vida sem que seja marcada pelas noções de vítima e vulnerabilidade. O Putafeminismo dá ênfase para a emancipação da sexualidade feminina, como também a sua relação com o trabalho sexual; seu ativismo reivindica a aproximação entre prostituição e feminismo. Além disso, possibilita que as prostitutas falem desde “dentro” do feminismo em favor da regulamentação laboral do trabalho sexual, se posicionando como feministas e putas sobre questões tão caras ao movimento de

¹⁵ Na página do *Facebook* da Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS), o Putafeminismo é definido em uma publicação como “um movimento organizado por mulheres de diferentes realidades que têm uma coisa em comum: são profissionais do sexo. São mulheres que escolheram!: 1. Reivindicar um feminismo que acolha suas demandas; 2. Organizar-se em coletivos, que se articulem com os demais movimentos sociais; 3. Lutar por melhores condições de trabalho; 4. Lutar para combater o estigma que pesa sobre as trabalhadoras sexuais, causador de exclusão social; 5. Lutar contra o preconceito que está atrelado ao exercício da prostituição; 6. Fortalecer a rede de apoio entre as mulheres para que mais trabalhadoras sexuais possam sair de situações de risco; 7. Organizar eventos, palestras, aulas e seminários para aproximar a militância feminista e a sociedade como um todo deste debate; 8. Promover educação sexual e segurança no trabalho para as trabalhadoras sexuais”. Postagem publicada em 20 de junho de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/CUTSBR/>. Último acesso em 14/05/17.

trabalhadoras sexuais e que sempre constituíram um campo de tensão para o feminismo – o que tende a acirrar a disputa com as abolicionistas, considerando a “autorização” ou não do lugar reivindicado pelas prostitutas no movimento feminista.

Paradoxalmente ao avanço conservador e a radicalização do discurso contra o trabalho sexual, o atual contexto possibilita a reivindicação do movimento de prostitutas por direitos sociais e direitos sexuais desde dentro do feminismo, disputando o campo e a prerrogativa de algumas mulheres que têm como missão “resgatar” outras mulheres consideradas vítimas da prostituição. Isso se explica devido à dinâmica interna do movimento de horizontalidade e diversidade dos feminismos plurais, como resultado da multiplicação de campos feministas (Alvarez, 2014). Vale ressaltar as transformações que as novas plataformas digitais de interação social têm promovido no fazer e no se fazer ativista, se constituindo como veículo político-comunicacional relevante para organização, atuação e expressão política para vários grupos feministas no país (Ferreira, 2015). Neste momento existe uma fluidez do campo feminista, a organização de coletivos e a definição de agendas ocorrem sob outras perspectivas, com diferenças de como se vivenciou o feminismo nas primeiras duas décadas do movimento de prostitutas.

As disputas sobre o significado da prostituição têm contribuído expressivamente para a fragmentação política do feminismo, considerando os problemas gerados pela política econômica neoliberal ao engendrar diferentes formas de precarização e exploração da força de trabalho feminina, sobretudo, a falta de melhores oportunidades de emprego às mulheres em decorrência das desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Isto porquê o discurso feminista que conceituou o comércio sexual como uma forma de violência contra as mulheres tem sido funcional para o neoliberalismo, pois a representação frequente da prostituta como vítima de exploração sexual dificulta a compreensão de que a sua condição resulta de violência estrutural e práticas de exclusão inerentes ao capitalismo neoliberal (Bernstein, 2007).

Dito de outra forma, as políticas para o “resgate” de mulheres inseridas na prostituição se desenvolvem essencialmente por estas serem consideradas “vítimas” da exploração sexual e não por se encontrarem em situação de desemprego ou de pobreza extrema, uma vez que não existem coalizões feministas para abolir outras formas de exploração em que as mulheres desempenhem sua força de trabalho em condições desprezíveis; não havendo política de “resgate” para mulheres que estejam nestas condições e não exerçam o trabalho sexual (Lamas, 2016). Além disso, o feminismo abolicionista insiste em “resgatar” prostitutas sem ao menos oferecer uma alternativa econômica melhor ou comparável aos ganhos econômicos e a flexibilidade de tempo proporcionados pelo trabalho sexual. Ao contrário, estes discursos têm contribuído para sustentar ainda mais o espectro de violências e estigmas sobre a prostituição na medida em que associa esta prática a “cultura do estupro” (Lamas, 2016).

Desta forma, para Marta Lamas (2016) o abolicionismo tende a reforçar um paradigma político conservador sobre gênero e sexualidade, uma vez que a persistência da representação que situa a prostituição exclusivamente na chave compreensiva da opressão e da vulnerabilidade, obscurece a diversidade de situações que refletem diferentes níveis de decisão pessoal e de ganhos econômicos no trabalho sexual, se constituindo muitas vezes em trabalho sazonal para donas de casa, estudantes, ou mesmo outras trabalhadoras que exercem esta atividade para complementar a renda familiar. Assim, podemos dizer que, tanto a política econômica neoliberal, quanto o discurso salvacionista do abolicionismo, tem contribuído, cada qual ao seu modo, para a fragmentação política do feminismo. Pois, a violência estrutural sofrida pelas prostitutas em decorrência desse modelo econômico tem sido, por vezes, apagada e compreendida equivocadamente como resultado de uma perspectiva anacrônica da dominação patriarcal e da vulnerabilidade feminina.

Lamas (2016) esclarece que o problema não reside no fato de haver diferentes tendências no feminismo, mas no fato da política econômica neoliberal acentuar essas

diferenças, o que contribui ainda mais para a consolidação de uma espécie de hiato que impede a coalizão e fragmenta politicamente o feminismo. Assim, a política do “resgate”, igualmente, os regimes de criminalização de prostitutas e de clientes, tem colaborado para o fortalecimento do projeto neoliberal e sua política de endurecimento contra liberdades individuais e direitos trabalhistas, que avança a passos largos por meio de uma campanha punitiva e carcerária (Bernstein, 2010; Lamas, 2016). No Brasil, esta tendência ao recrudescimento se reflete nas investidas tanto de grupos religiosos cristãos, quanto de feministas radicais ao promoverem ataques sistemáticos à prostituição visando a sua proibição/criminalização. Enquanto os religiosos cristãos buscam regular a sexualidade via poder legislativo¹⁶, as feministas contrárias à prostituição usam como táticas a militância de base e o ativismo nas redes sociais¹⁷. A redefinição da prostituição como trabalho, portanto, tem sofrido intensa oposição de diferentes atores sociais constituídos por lógicas específicas a composição narrativa de seus projetos de sociedade¹⁸.

¹⁶ O **Projeto de Lei nº 377/11**, de autoria do Deputado Federal João Campos (PSDB-GO), tem caráter proibicionista e visa criminalizar o ato de pagar ou oferecer pagamento a alguém pela prestação de serviços sexuais. Este Projeto de Lei que busca criminalizar os clientes da prostituição tem inspiração no “modelo nórdico”, implementado na Suécia e em outros seis países, e se apoia no princípio de que a prostituição é uma opressão de gênero, uma violência contra as mulheres e um sinal da desigualdade entre homens e mulheres, em particular, no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho. Deste modo, as desigualdades são consideradas consequência da estrutura patriarcal predominante nas sociedades e da precarização do trabalho feminino no sistema capitalista. O **Projeto de Lei nº 2371/16**, de autoria do Deputado Federal Flávio Augusto da Silva (PSB-SP), vulgo “Flavinho do PSB”, sugere e requer retirada da descrição da ocupação de *profissional do sexo* em verbete da Classificação Brasileira de Ocupações. O Projeto de Lei defende que a questão da prostituição e da exploração feminina diz respeito aos direitos fundamentais relacionados à dignidade humana, que são protegidos pela Constituição Federal. Portanto, o ser humano e seu corpo não podem ser comercializáveis como mero produto. Em seu conteúdo, considera que, ao tornar a prática da prostituição legal, o Estado acaba por incentivá-la ainda mais, o que é socialmente reprovável já que a prostituição é associada a inúmeros riscos tais como: contágios de DST, maus-tratos, violência de rua e morte, além de envolvimento com o submundo do tráfico de drogas, armas e tráfico internacional de pessoas.

¹⁷ No *Facebook*, a comunidade *mulheres contra o estupro pago* é uma das principais representantes da concepção que associa prostituição a estupro, como pode ser observado nas informações sobre a finalidade da página: “Esta página procura apresentar a realidade das pessoas que são submetidas a prostituição – uma realidade em qual ser estuprada é rotina”. No Brasil, essa comunidade é uma das principais defensoras do “modelo nórdico”, que tem como princípio a abolição da prostituição através da criminalização do cliente. *Mulheres contra o estupro pago* compõe uma rede em nível global que tem como pauta a agenda contra o trabalho sexual e a indústria do sexo em perspectiva mais ampla, atuando de maneira pedagógica na difusão de suas ideias, que se destinam a promover uma consciência antiprostituição como componente de um suposto processo civilizatório, ao passo que também facilita a formação para o ativismo feminista que se opõe ao trabalho sexual. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/mulherescontraoestupropago/about/?ref=page_internal. Último acesso em 10/08/2017.

¹⁸ Ainda que existam atravessamentos entre tais projetos, eles precisam ser analisados em separado. O escopo deste artigo se concentra na controvérsia ente atores sociais que disputam sobre o significado da prostituição desde “dentro” do feminismo. Contudo, em outra oportunidade e com a atenção e aprofundamento que a questão exige, pretendemos discutir sobre a política antiprostituição de grupos religiosos cristãos.

O DIA INTERNACIONAL DA PROSTITUTA E O VÍDEO “PUTÍSSIMA TRINDADE”

Em meio às tensões a respeito da controvérsia sobre a regulamentação laboral do trabalho sexual no Brasil, se desenrolou mais um episódio de hostilidade e violência nas redes sociais envolvendo lideranças do movimento organizado de prostitutas (e pessoas que apoiam as suas demandas) e feministas radicais que veem a prostituição como naturalização da violência contra a mulher, resultado da estrutura da sociedade patriarcal. Desta vez, a controvérsia girou em torno do vídeo “Putíssima Trindade”.

Na noite do dia 2 de junho de 2017, Amara Moira, Monique Prada e Indianara Siqueira celebraram o dia internacional da prostituta com a produção e divulgação de um vídeo nas redes sociais¹⁹ em que abordaram temas relativos ao trabalho sexual e aos estigmas da profissão. Seria apenas mais um dia de comemoração da data entre as trabalhadoras sexuais caso o vídeo não tivesse gerado tamanha polêmica entre segmentos do feminismo contrários a prostituição.

A polêmica em questão tem origem quando Indianara coloca em pauta a problemática de lidar com fetiches e fantasias sexuais dos clientes: “(...) como escutar fetiches, fantasias sexuais dos clientes sem ficar apavorada? “. Em seguida, a partir de sua experiência pessoal, Amara estabelece uma analogia entre os desafios do ofício do terapeuta e o da trabalhadora sexual, ressaltando que o segredo “mais pesado” que não se diz na última consulta com o analista é dito no primeiro programa com a prostituta. Após essa breve digressão, Amara relata sobre fetiches de clientes que desejam fazer sexo com prostitutas vestidas com peças íntimas das filhas deles:

(...) olha tô aqui com a calcinha da minha filha. Gostaria que você vestisse pra gente transar e fingindo que você é minha filha, pode ser? E aí você tem que

¹⁹ O vídeo tem duração de aproximadamente 8 (oito) minutos e foi amplamente divulgado no *Facebook* e *YouTube*. A produção foi feita pela Mídia Ninja. Disponível em <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/videos/901946309963515/>. Também pode ser acessado em <https://www.youtube.com/watch?v=Q1U0--YzJ8Q>. Último acesso: 03/11/2017.

lidar com isso. Você tem que ouvir isso e saber se você dá conta ou não... e é isso, sabe!? As prostitutas o tempo inteiro estão lidando com a sexualidade que o mundo criou, sabe!? A gente tem noção de qual é essa sexualidade, até aonde ela vai, o que ela é capaz de fazer, como é que ela gosta de ser saciada.

Amara fala sobre os desafios impostos as trabalhadoras sexuais, a dificuldade em lidar com a sexualidade alheia como *métier* do ofício de prostituta. Aqui temos, certamente, o ponto mais polêmico do vídeo “Putíssima Trindade”, que provocou ataques violentos as trabalhadoras sexuais nas redes sociais, acusadas de incentivar o incesto e a pedofilia. As acusações seguem a mesma perspectiva que busca associar prostituição à exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como a outras práticas abusivas associadas a “cultura do estupro”. Esse tema é bastante delicado para as trabalhadoras sexuais e tem gerado uma série de controvérsias sobre o exercício da prostituição. Vale ressaltar que, segundo esta perspectiva, não há qualquer distinção entre prostituição e exploração sexual de crianças e adolescentes, amplamente difundida no senso comum por “prostituição infantil”. Esta linha discursiva que associa prostituição à exploração sexual de crianças e adolescentes também serve de princípio para associar práticas de incesto e pedofilia à prostituição.

Não demorou muito para que fossem postados comentários ofensivos contra a prostituição e contra as trabalhadoras sexuais. Em resposta a esses comentários, as putas ativistas demarcaram posição em defesa do trabalho sexual, além de outras pessoas que demonstraram apoio e se posicionaram em favor das questões suscitadas pelo debate entre as três integrantes do vídeo. Como tem sido a tônica desta controvérsia, os comentários estão permeados de intolerância que transitam desde a repulsa sobre os temas abordados até discursos de ódio para com as pessoas que tentam fazer da prostituição uma profissão mais digna.

A REPERCUSSÃO NAS REDES SOCIAIS

A repercussão do vídeo Putíssima Trindade²⁰ foi imediata à sua publicação no *Facebook* e *YouTube*. De um lado, as putas ativistas e adeptas/os em favor das demandas das trabalhadoras sexuais e; de outro lado, as feministas radicais e pessoas que, como elas, veem a prostituição como “exploração sexual” e “mercantilização” dos corpos das mulheres.

Os comentários negativos ao vídeo transitam desde a repulsa aos temas debatidos até a manifestação de discursos de ódio contra as trabalhadoras sexuais, como pode ser observado em algumas postagens:

- Vomitei.
- Que nojo, passando uma imagem de “Eu sou garota de programa por escolha”.
- Cês [vocês] deveriam ter VERGONHA de ficar aí glamourizando prostituição e achando que vender corpo é LACRAR ou se EMPODERAR.
- Bando de gente sebosa! Vocês são um câncer na terra, ninguém precisa de uns lixos como vocês! Desgraçados!
- Queimem no inferno só isso a vocês.

Uma das críticas mais contundentes à essas putas ativistas, particularmente à Amara, dizem respeito a ideia de glamourização da prostituição através da “livre escolha” em se prostituir, isto é, ingressar na prostituição por escolha própria. A crítica reside no fato da “carreira” de Amara ser, supostamente, apresentada de forma reiterada como “modelo de prostituição”. Como já foi dito, Amara é oriunda de classe média e ingressou na prostituição após obter formação escolar superior e cursar doutorado em

²⁰ A repercussão foi tão grande que suscitou a realização de outro vídeo: “Putíssima Trindade Responde”, com a finalidade de esclarecer alguns posicionamentos e rebater comentários ofensivos sobre o vídeo anterior. Desta vez as participantes foram Amara Moira, Monique Prada e Aline Lopes. O vídeo foi gravado e transmitido em tempo real pela Mídia Ninja em 27 de agosto de 2017. Neste artigo nos limitamos apenas aos episódios do primeiro vídeo. “Putíssima Trindade Responde” está disponível em <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/videos/963168877174591/>. Último acesso: 03/11/2017.

uma das universidades públicas mais elitistas do país. Segundo tal argumentação, isto cumpre o propósito de mascarar a prostituição no Brasil, invisibilizando a realidade da grande maioria das mulheres inseridas neste universo, que precisam se submeter a “exploração sexual” para sobreviver.

- Já vi mulher se prostituindo por prato de comida e longe de gostar do que faz. Aí vem uma doutora da USP que se prostitui por opção e outra que diz que “o único risco é não gozar” [se refere a um comentário feito por Indianara no vídeo] pra querer levantar bandeira?

- Aula de realidade é ir numa BR do Nordeste e ver meninas de 10 anos se prostituindo. Essas aí são a exceção da exceção. Brancas, da academia, etc.

Ainda, podemos perceber que a crítica também questiona a representatividade do movimento, justamente por considerar que ele não expressa a realidade das prostitutas no país, que estão nessas condições por não possuírem outras opções no mercado de trabalho – e até mesmo por serem forçadas por alguém que se beneficia da “venda” dos seus corpos.

- Vcs [vocês] não são a cara da prostituição. Vcs [vocês] são as que deram sorte. Vcs [vocês] são as que vai ser (*sic*) contempladas com a regulamentação. Mas a glamourização e o debate sobre patriarcado e prostituição precisa seguir SIM

- Qual a representatividade de vcs [vocês] em relação a maior parte das mulheres que estão aí nas ruas sendo exploradas e não tem canal no you tube (*sic*) pra defender seus interesses? E as crianças que estão sendo exploradas sexualmente? Vai me dizer que estão sendo empoderadas pelo seu vídeo? Que serão delas se aprovarem um projeto de lei que só dá substrato para a legalização da cafetinagem por exemplo? Que só favorece a quem explora e talvez a uma parcela pequena como vc [você]? Vai me dizer que está falando pelo interesse dessas mulheres e crianças? Me poupem. Isso é desonestidade.

Apesar das críticas, foram muitos comentários de incentivo e admiração às putas ativistas pela coragem em debater temas tão polêmicos que dizem respeito não apenas as trabalhadoras sexuais, mas a qualquer pessoa que tenha interesse em conhecer um pouco mais sobre a sexualidade humana, em particular a de quem tem a prática sexual como atividade profissional.

- Muito bom ouvir sobre o assunto de quem realmente entende.

- (...) Pode não ser a minha realidade e a minha verdade, mas as admiro pela luta e luto pelo direito de serem respeitadas sempre.

- Pra vocês q [que] recebem tanto ódio, como foi dito, um pouquinho de empatia de uma mulher idosa, casada, mãe de 3 filhos, vivendo uma vidinha normalzinha, mas reconhecendo o valor do trabalho de vocês - não só q [que] lhes dá sobrevivência, mas o q [que] lhes dá coragem e sentido - e aplaudindo essas cortinas abertas, expondo o que há de podre e humano em nosso mundinho. Coragem meninas. Abaixo os tabus.

Como em outros episódios, a transfobia tem sido recorrente nestas discussões. Além da intolerância e discriminação com a identidade de gênero das mulheres trans, também podemos notar a tentativa de deslegitimar a atuação política do movimento trans. Ainda, fica evidente o questionamento sobre a inserção e o propósito dessas mulheres no feminismo (consideradas “machos”), simplesmente pelo fato de serem trans são acusadas de atuar em defesa do “direito masculino de explorar os corpos das mulheres”:

- To chocada que esses machos achando ok prostituição, pedofilia, incesto normal. Kkkkkkkkkkk que lixo, cada k uma lágrima.

- Machos? Onde você vê machos nesse vídeo? Eu só vejo mulheres trans ai.

- É macho sim.

- Que vídeo horrível! Apologia a pedofilia GRITANTE! Como o transativismo pode defender isso, alguém me explica?
- Caindo a máscara do transativismo aos poucos, muito que [sic] bem! Acordemmm feministassssss!!
- É isso no que dá passar o feminismo pra mão de dois machos que se vestem com roupa colorida. Macho sempre será a favor dessas trevas aí: prostituição, pedofilia, incesto etc. Nem me surpreende.

No entanto, como pode ser constatado já nos comentários acima, o foco dos debates se concentrou nas questões levantadas por Indianara e Amara sobre a realização de fetiches e fantasias sexuais de clientes. A celeuma ocorreu pelo fato de haver, supostamente, conivência no relato de Amara (e nas práticas das prostitutas, de modo geral) aos crimes de incesto e pedofilia embutidos nos fetiches sexuais de seus clientes. Assim, a prostituição se constituiria em um dos vetores para tais práticas, que seriam retroalimentadas a cada vez que esses fetiches sexuais fossem realizados com uma prostituta.

São inúmeros os comentários negativos que atribuem o relato de Amara a conivência ao incesto e a pedofilia:

- Sério que tem gente batendo palma pra incesto e PEDOFILIA???
- Desserviço do cacete. Mercantilização de corpos, pedofilia e incesto num mesmo vídeo e gente achando que isso é lacre.
- Primeiro, pedofilia e estupro, querer comer a própria filha não se trata de sexualidade ou de prazer, e sim de subjugação e violência. Exatamente por conhecer e ser vítima dessa subjugação e violência que não aceitamos exploração sexual como possibilidade de empoderamento. Não é e nunca será.

Em um trabalho brilhante sobre compreensão das modalidades contemporâneas de como se governa sujeitos, corpos e desejos, Laura Lowenkron (2013) analisou a construção da "pedofilia" como causa política e caso de polícia no Brasil. A partir de um

estudo etnográfico da Comissão Parlamentar de Inquérito da pedofilia no Senado e das investigações da Polícia Federal em torno das redes de pornografia infantil na internet, Lowenkron nos apresenta os meandros da cruzada antipedofilia e do processo de construção do pedófilo como o “monstro contemporâneo”. A autora nos mostra como no desenrolar desta trama a investigação policial converteu-se em uma verdadeira caçada, havendo espetacularização através dos meios de comunicação para gerar a sensibilização do público e a legitimidade da causa, teatralizando a luta do “bem” contra o “mal”, a fim de instituir definitivamente a figura do pedófilo como “inimigo da família”.

Em um exercício teórico-metodológico de investigação antropológica, Lowenkron (2013) desloca o foco de análise do pedófilo para o foco institucional do Estado, se debruçando sobre as estratégias e os mecanismos empregados para configurar a materialidade do desvio. Contra a pedofilia e sensível às vítimas desta violência, como não haveria de ser diferente, Lowenkron (2013) não toma para si a autoevidência das categorias de acusação e dos problemas sociais. A autora nos mostra como a ênfase no enfoque criminal é atravessada por discursos médicos patológicos e morais cristãos, de modo que todo o processo que envolve rotulação, narrativas de sensibilização e práticas policiais sugere que o sentimento de indignação contra o pedófilo se sobressaia quando comparada à comoção dirigida às crianças.

O pânico que se viu nos comentários nas redes sociais gerado pelo relato de Amara é um desdobramento desta cruzada contra a pedofilia, em que basta haver a presunção de indício desta prática (sem que necessariamente ela venha a se confirmar) para se rotular ou mesmo pôr, com ímpeto repressivo, a conduta de pessoas sob suspeição. A partir do contexto em que o debate se desenrolou no vídeo, em nenhum momento é possível estabelecer associação dos argumentos das putas ativistas com o incentivo ou mesmo a conivência a fetiches sexuais que remetam ao incesto e a pedofilia como lhe foram atribuídos em postagens nas redes sociais. Ao contrário, podemos perceber que

o tom das putas ativistas é de repulsa e de denúncia com relação a fantasias daquela natureza. Isto nos remete a Adriana Piscitelli (2016) quando aborda sobre os limites da empatia dirigida às prostitutas em função da atividade que exercem, bem como a mobilização estratégica das emoções para invalidar a pretensão delas à legitimidade de reivindicarem por direitos.

Na seção destinada aos comentários, Amara se defende da acusação feita por feministas radicais de que seu relato estaria fomentando práticas de incesto e de pedofilia:

Eu falo que esse tipo de demanda existe, as pessoas interpretam como se eu a estivesse defendendo. Eu entro em pânico com a simples menção de fantasias incestuosas, pedófilas, mas já recebi essa proposta de homens e mulheres. E neguei. Mas, veja, eu vim aqui falar que isso existe e é mais comum doq [do que] se imagina e que precisamos falar sobre isso se a gente quer de fato transformar a realidade. Como transformar se a gente nem sabe o quanto isso existe? E quem sabe da existência disso somos nós. A resposta que tenho qdo [quando] inicio essa discussão é, no entanto, uma acusação de que estou defendendo essas fantasias, fantasias criadas pelas políticas sexuais do nosso tempo, políticas repressoras, que proíbem o debate honesto e transparente sobre sexualidade. Se fosse honesto e transparente, nós estaríamos fazendo parte desse debate... mas vcs [vocês] seguem acreditando que nosso papel é de vítimas a serem salvas ou inimigas a serem destruídas.

Monique Prada também se posiciona sobre as acusações feitas à Amara, deslocando o foco da repulsa contra prostitutas para o foco contra o cliente, de quem emana o fetiche:

Eu fico de cara com a desonestidade dessa gente em descontextualizar o que a Amara disse no vídeo. Ela tava exemplificando fetiches bizarros de clientes, para mostrar que não é todo mundo que vai ter resiliência para seguir na prostituição sem se deixar afetar, e não dizendo que

acha normal ou aceitável vestir a calcinha da filha do cara que a contrata. Se é para sentirem nojo, sintam do pai que fetichiza as calcinhas da filha, não das putas.

Em seguida, Monique também relativiza que tais fantasias sexuais não fariam, necessariamente, alusão a pedofilia. Ela argumenta:

Outra coisa: filha não necessariamente é criança. Tenho 37 anos e continuo sendo filha. Nem todo escroto com fixação na filha é necessariamente pedófilo. E calcinha de criança geralmente não cabe em gente adulta.

Contudo, seu argumento foi rechaçado com veemência por outra participante:

“Ah, mas é só incesto não necessariamente pedofilia”: 1) continua sendo nojento e criminoso e 2) vcs [vocês] acham mesmo que um pai/padrasto desse só começou a pensar em estuprar a filha depois que ela fez 18 anos?? Pedofilia e incesto não são sexualidades, o simples fato dessas pessoas estarem usando essas palavras para se referir a CRIMES deveria dar a dimensão do problema que vcs [vocês] estão tentando relativizar.

O que as putas ativistas estão a nos dizer é que essa dimensão da sexualidade humana faz parte das vicissitudes do trabalho sexual e que constantemente se deparam com essas situações. Tais questões relacionadas a sexualidade são muito delicadas porque entram no domínio em que o prazer e a própria sexualidade representam ponto de perigo. Carole Vance (1992) já havia assinalado que a sexualidade é um terreno de constrangimento, repressão e perigo e, ao mesmo tempo, um terreno de descoberta, prazer e ação. Prazer e perigo, violência e tesão, consentimento e vulnerabilidade constituem um terreno movediço marcado por ambivalências e contradições inerentes a sexualidade.

Em uma sociedade em que as pessoas são estimuladas a reprimir sentimentos e desejos sexuais, as tensões que envolvem prazer e perigo tendem a emergir com frequência no trabalho sexual. Monique Prada, em entrevista a Carta Capital (2015), falou sobre os desafios e os limites impostos na relação de prestação de serviços entre clientes e prostitutas: "(...) todas as pessoas exercem seu trabalho e precisam de algum modo se submeter aos patrões. O desafio do trabalhador sexual é não se submeter ao desejo alheio, simplesmente". Acredito ter sido esta a postura adotada por Indianara e Amara ao exporem os fetiches e fantasias sexuais de clientes que fazem alusão ao incesto e a pedofilia.

Outros dois comentários são muito interessantes pela crítica à postura que tem sido adotada pela maioria das feministas (e homens simpatizantes com o feminismo) que divergem a partir de diferentes epistemologias feministas sobre a prostituição e sobre a possibilidade de sua regulamentação laboral pelo Estado.

- (...) De que serve nosso feminismo se não sabemos ouvir nem dialogar? Por que nos dizer feministas se odiamos outras mulheres e não estamos dispostas a sair de nossos lugares e nos colocarmos no lugar das outras?

- Válida e importante discussão! Sobre quem diz que elas incentivam pedofilia e incesto: vocês são desonestas ou possuem problemas de interpretação? Eu hein.

Em forma de questionamento, o primeiro comentário chama atenção para a necessidade do diálogo e da compreensão entre as próprias feministas sobre a existência de múltiplas maneiras de ser, vivenciar e conceber o que significa ser mulher, enquanto um princípio constitutivo do feminismo. Isto quer dizer que o feminismo deve prezar pelo reconhecimento da heterogeneidade das relações sociais, possibilitando entendimento e visibilidade às desigualdades como compromisso político, independentemente de o indivíduo estar sendo afetado diretamente ou não

por tais desigualdades. Ao passo que possibilitar entendimento e visibilidade requer conferir protagonismo das narrativas com base nas experiências concretas dos sujeitos, considerando a sua autodefinição, a sua organização e auto-organização, enfim a sua trajetória de luta construída com base nessas experiências (Haraway, 1995; Collins, 2012).

O comentário seguinte situa a controvérsia entre as partes divergentes no domínio da “desonestidade”²¹ política ou no domínio da linguagem. Esta segunda hipótese ironiza a suposta incapacidade de entendimento semântico-referencial do conteúdo expresso na mensagem. Menos que “problemas de interpretação”, o que se verifica nos debates é a nítida configuração de uma arena política em torno da disputa sobre o que representa a prostituição: o seu significado para a sexualidade feminina; as implicações da possibilidade de sua regulamentação laboral pelo Estado; ou por outro lado, as consequências da sua proibição/criminalização para as trabalhadoras sexuais.

A configuração de uma arena política sobre prostituição tem demarcado duas posições bem distintas entre as feministas a respeito da regulamentação da prostituição como profissão reconhecida pelo Estado. A disputa tem movimentado o campo ao influenciar a organização e disposição dos grupos na esfera pública em torno da questão. As estratégias políticas adotadas vão, desde a cena e o ambiente onde se travam estas disputas, até o que se estabelece como prioridade para conquistar novos adeptos, influenciar a opinião pública e participar ativamente da tomada de decisão na esfera legislativa.

²¹ A desonestidade tem sido uma categoria de acusação comum, empregada com certa frequência entre feministas radicais e puta ativistas em interações políticas no âmbito da internet e fora dela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pudemos observar na polêmica sobre o vídeo “Putíssima Trindade”, um relato de experiência relacionado tão somente aos fetiches e fantasias sexuais de clientes que revela as vicissitudes e os desafios impostos ao trabalho sexual no lidar com a sexualidade alheia foram, retoricamente, convertidos em acusação de incentivo ao incesto e a pedofilia atribuída as trabalhadoras sexuais. Ora, sabemos que os problemas sociais relacionados as crianças tem se constituído em causas políticas com forte apelo popular e midiático, em decorrência de discursos assentados sobre uma noção de “pureza” e “sacralização” da infância. Assim, a violência sexual contra crianças se materializa em um poderoso modelo de crueldade e desumanidade, de modo que não sentir e demonstrar repugnância contra tal prática assemelha qualquer indivíduo ao perpetrador de tal crime (Lowenkron, 2013). No entanto, a curiosidade está no fato de que, mesmo a prostituição não sendo considerada crime no Brasil, sua prática é associada discursivamente como vetor para práticas de estupro, incesto e pedofilia, todas consideradas crimes.

A postura de agente político do movimento de prostitutas no Brasil não se restringe a lutar por pautas específicas em benefício da categoria profissional, mas extrapola para as dimensões que reverberam princípios democráticos e direitos humanos que dizem respeito a todos os indivíduos. Neste aspecto, sua incidência política atua contra as práticas de pedofilia, exploração sexual de crianças e adolescentes; contra a violência doméstica e todas as formas de violência sexual; contra o tráfico de pessoas, trabalho escravo e trabalho infantil. As trabalhadoras sexuais possuem representação e participam ativamente em conselhos, comitês e fóruns de discussões nos estados e municípios, contribuindo como parceiras na elaboração de políticas de prevenção no que diz respeito aos temas supracitados.

A denúncia dos perigos e das péssimas condições em que as prostitutas exercem a sua profissão tem sido utilizada pelas putas ativistas como argumento para demonstrar o quanto as leis sobre lenocínio são perversas para as trabalhadoras sexuais. Isto, porque a criminalização do entorno da prostituição cria uma série de dificuldades para o exercício do trabalho sexual, reduzindo ainda mais as possibilidades de melhores condições de vida, inclusive, dificultando outras escolhas para além da prostituição, se este for o desejo. Esses e outros argumentos têm sido trabalhados como estratégia política pelo movimento de prostitutas para aproximar lideranças, conquistar adeptos, estabelecer alianças e, ao menos, se fazer ouvir entre aquelas/es contrárias/os a pauta em defesa da regulamentação laboral do trabalho sexual pelo Estado.

Por sua vez, as feministas abolicionistas insistem em perpetuar a imagem de vulnerabilidade das mulheres, sendo as prostitutas consideradas as mais vulneráveis de todas, em um cenário que expressa a necessidade de dominação de mulheres pelas próprias mulheres. A partir de um modelo hegemônico de mulher, esta necessidade se manifesta poderosamente na tentativa de controlar os corpos, a sexualidade e o lugar social de outras mulheres tanto no plano material, quanto no plano simbólico, sobretudo àquelas que escapam aos enquadramentos morais, no caso em questão, as trabalhadoras sexuais. Nesta perspectiva, as práticas abolicionistas, ao que parece, tendem a se afastar do princípio do feminismo como resposta política às desigualdades de gênero e se aproxima bastante de uma espécie de uso colonizador do feminismo, quando não ouvem o que as trabalhadoras sexuais têm a falar sobre as suas próprias vidas.

REFERÊNCIAS

Alvarez, Sônia (2014). Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, 43, 13-56.

Bernstein, Elizabeth (2010). Militarized humanitarianism meets carceral feminism: the politics of sex, rights, and freedom in contemporary antitrafficking campaigns. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 36(1), 45-71.

Bernstein, Elizabeth (2007). The sexual politics of the "new abolitionism". *Differences*, 18(5), 128-151.

Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego (2013). *5198: Profissionais do sexo. Classificação Brasileira de Ocupações*. Recuperado em 8 setembro, 2019 de: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/ResultadoOcupacaoMovimentacao.jsf>.

Carta Capital. (2015). "O desafio é não se submeter ao desejo alheio", diz Monique Prada. *Caderno Sociedade*. Acesso em 10 setembro, 2019, de: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/monique-prada-9583.html>.

Chapkis, Wendy (1997). *Live sex acts: women performing erotic labour*. London: Cassell.

Collins, Patricia H. (2012). Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In: Jabardo, Mercedes (Org.). *Feminismos negros, una antología* (pp. 99-134). Madrid: Traficantes de Sueños.

Corrêa, Sonia (2013). Prostituição, normas e contextos: a dimensão transnacional. In Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS. *Análise do contexto da prostituição em relação a direitos humanos, trabalho, cultura e saúde no Brasil* (pp. 10-40). Rio de Janeiro: ABIA. Disponível em: <http://abiaids.org.br/analise-do-contexto-da-prostituicao/27547>.

Ferreira, Carolina B. C. (2015). Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. *Cadernos Pagu*, 44, 199-228.

Góes, Juliana M. (2017). O que a luta das profissionais do sexo tem nos ensinado sobre a exploração dos corpos das mulheres? Anais do *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, Florianópolis, SC, Brasil, 11.

Haraway, Donna (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 7-41.

Lamas, Marta (2016). Feminismo y prostitución: la persistencia de una amarga disputa. *Debate Feminista*, 51, 18-35.

Leite, Gabriela (2008). *Filha, mãe, avó e puta*: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. São Paulo: Objetiva.

Leite, Gabriela (1992). *Eu, mulher da vida*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Lowenkron, Laura (2013). O monstro contemporâneo: notas sobre a construção da pedofilia como “causa política” e “caso de polícia”. *Cadernos Pagu*, 41, 303-337.

Melo, Hildete P. & Thomé, Débora (2018). Mulheres, poder e feminismos. In Hildete P. Melo & Débora Thomé. *Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores* (s.p.). Rio de Janeiro: FGV.

Mohanty, Chandra T. (2008). Bajo los ojos de occidente. Academia feminista y discurso colonial. In Liliana Suárez Navaz & Aída Hernández (Eds.): *Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes* (pp. 112-161). Madrid: Cátedra.

Piscitelli, Adriana (2016). Conhecimento antropológico, arenas políticas, gênero e sexualidade. *Revista Mundaú*, 1, 73-90.

Piscitelli, Adriana (2012a). Exploração sexual, trabalho sexual: noções e limites. *Anais do Seminário: Corpos, sexualidades e feminilidades*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, I.

Piscitelli, Adriana (2012b). Feminismos e prostituição no Brasil: uma leitura a partir da antropologia feminista. *Cuadernos de Antropología Social*, 36, 11-31.

Prada, Monique (2018). *Putafeminista*. São Paulo: Veneta.

Tavares, Aline G. C. (2014). *A organização da zona: notas etnográficas sobre relações de poder na zona de prostituição Jardim Itatinga, Campinas-SP*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.

Vance, Carole (1992). Pleasure and danger: toward a politics of sexuality. In Carole Vance, Carole. *Pleasure and danger: exploring female sexuality* (pp. 1-27). London: Pandora Press.

Villela, Wilza V., Murray, Laura R., Bortolanza, Elaine, & Olivar, José M. (2013). Políticas públicas e iniciativas do legislativo relacionadas à prostituição. In Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS. *Análise do contexto da prostituição em relação a direitos humanos, trabalho, cultura e saúde no Brasil* (pp. 49-70). Rio de Janeiro: ABIA. Disponível em: <http://abiids.org.br/analise-do-contexto-da-prostituicao/27547>.

A “PUTÍSSIMA TRINDADE”: DOS FETICHES E FANTASIAS SEXUAIS DOS CLIENTES À ACUSAÇÃO DE INCENTIVO AO INCESTO E A PEDOFILIA ATRIBUÍDA ÀS TRABALHADORAS SEXUAIS

Resumo

Este artigo pretende apresentar a configuração da arena política em torno da disputa sobre o significado da prostituição para a sexualidade feminina e como o debate sobre a regulamentação laboral do trabalho sexual tem acirrado as tensões neste campo, influenciando a organização e disposição dos atores sociais na esfera pública sobre a prostituição no Brasil. Esta disputa gira em torno da controvérsia sobre as políticas antiprostituição versus a regulamentação laboral do trabalho sexual, através de conflitos estabelecidos em interações políticas situadas no feminismo, contrários e favoráveis ao reconhecimento da prostituição como atividade profissional. Para o desenvolvimento do artigo, optou-se pela descrição analítica de uma cena representativa da disputa, marcada por hostilidades e violências contra as trabalhadoras sexuais, ocorrida através de interações políticas na internet.

Palavras-chave

Prostituição. Feminismos. Interações políticas. Redes sociais.

LA “PUTÍSSIMA TRINIDAD”: DESDE LOS FETICHES DE LOS CLIENTES Y LAS FANTASIAS SEXUALES HASTA LAS ACUSACIONES DE INCITACIÓN AL INCESTO Y LA PEDOFILIA ATRIBUÍDAS A LAS TRABAJADORAS SEXUALES

Resumen

Este artículo pretende presentar la configuración de la arena política en torno a la disputa sobre el significado de la prostitución para la sexualidade feminina y como el debate sobre la regulación laboral del trabajo sexual ha intensificado las tensiones en neste campo, influyendo en la organización y disposición de los actores sociales en la esfera pública sobre prostitución en Brasil. Esta disputa gira en torno a la controversia sobre las políticas contra la prostitución frente la regulación laboral del trabajo sexual, a través de conflictos establecidos en interacciones políticas ubicadas en el feminismo, tanto contrarias como favorables as reconocimiento de la prostitución como atividade professional. Para la elaboración del artículo, optamos por la descripción analítica de uma escena representativa dela disputa, marcada por las hostilidades y la violência contra las personas que ejercen el trabajo sexual, que ocurrió a través de interacciones políticas en internet.

Palabras Clave

Prostitución en Brasil. Feminismos. Interacciones políticas. Redes sociales.

THE “PUTÍSSIMA TRINITY”: FROM CLIENT’S FETISHES AND SEXUAL FANTASIES TO INCEST INCITEMENT ACCUSATIONS AND PEDOPHILIA ATTRIBUTED TO SEX WORKERS

Abstract

This article intends to present the configuration of the political arena around the dispute about the meaning of prostitution for female sexuality and how the debate about labor regulation of sex work has intensified the tensions in this area, influencing the organization and disposition of social actors in the public sphere about prostitution in Brazil. This dispute arises around controversy over antiprostitution policies versus the labor regulation of sex work. I look at the conflicts established in political interactions located in feminism, both contrary to and favorable of the recognition of prostitution as a professional activity. For the writing of the article, we opted for the analytical description of a representative scene of the dispute, marked by hostilities and violence against sex workers, which occurred through political interactions on the internet.

Keywords

Prostitution in Brazil. Feminisms. Political interaction. Social networks.

CONTRIBUIÇÃO

Tiago Luís Coelho Vaz Silva

Texto individual, elaborado pelo autor.

AGRADECIMENTOS

-

DECLARAÇÃO DE INEDITISMO

O autor declara que a contribuição é inédita.

CONFLITO DE INTERESSES

O autor declara não haver conflito de interesses.

COMO CITAR ESTA CONTRIBUIÇÃO

Silva, Tiago L. C. (2021). A "putíssima trindade": dos fetiches e fantasias sexuais dos clientes à acusação de incentivo ao incesto e a pedofilia atribuída às trabalhadoras sexuais. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 8(23), 755-792.